

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 103
 Data: 24/05/88 Pg.: _____

Índios ameaçam ir à luta por nação independente

4468
 Hugo Marques

As 180 nações indígenas que ainda restam no País prometem criar uma espécie de «Confederação dos Estados Independentes Indígenas» e expulsar todos os brancos de suas terras se a Constituinte aprovar o artigo 271 do Capítulo da Ordem Social. Este capítulo veda aos indígenas aculturados direitos assegurados às comunidades não aculturadas — entre eles o de demarcação de terras. Ainda hoje, 70 lideranças de 22 nações indígenas terão encontro com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, a quem pedirão apoio durante a votação do capítulo, possivelmente amanhã.



Segundo o piloto e administrador de empresas Marcos Terena, típico representante indígena aculturado, esta «independência» significaria, na prática, que as comunidades indígenas não se veriam obrigadas a respeitar a Constituição que está sendo elaborada. «Vamos também — acrescentou Terena — reivindicar junto à Organização das Nações Unidas uma vaga de embaixador para um representante dos índios».

Tutela
 Segundo Marcos Terena, se decretada a independência indígena em relação ao povo «brasileiro», todas as 180 nações de silvícolas abdicariam também da tutela do Estado. Na avaliação do diretor do Parque do Xingu, cacique Megaron Txucarramãe, a aprovação do artigo significaria uma invasão das terras que pertencem aos índios.

«É uma maneira do Governo calar a minha boca, falando que não sou mais índio. Eu não poderia falar mais nada como índio, como líder», afirma Megaron. Na opinião dele, os norte-americanos extinguíram os índios «à bala», e no Brasil querem extingui-los «à caneta», em referência ao artigo que será votado pela Constituinte. Tanto Terena quanto Megaron prevêem o derramamento de

sangue nas diversas aldeias indígenas, caso o artigo 271 seja aprovado, com a expulsão de brancos.

Vigília

Durante vigília que pretendem fazer, possivelmente amanhã, em frente ao Congresso, 30 nações indígenas serão representadas por mais de 200 índios. Cada etnia falará sua própria língua, com a intenção de mostrar aos constituintes que «no Brasil existem 181 povos», segundo Marcos Terena. «Se a lei que o branco fizer não for boa, o índio não aceitará e abrirá mão da cultura brasileira», finaliza Terena.

Na avaliação das lideranças indígenas, quase 90 artistas, intelectuais e ainda todos os políticos de partidos de esquerda estarão apoiando os índios. Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha, Maitê Proença, Beth Carvalho, entre outros, já assinaram apoio formal aos índios. Estas lideranças cobram também do presidente José Sarney o mesmo apoio que ele pediu aos índios dois dias antes da morte de Tancredo Neves.



Emenda poderá anular artigo

O artigo 271 do projeto de Constituição dispõe que «os direitos previstos neste capítulo não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas». Emenda apresentada pelo Centrão é ainda mais incisiva: «Os direitos previstos neste capítulo só se aplicam aos índios que, efetivamente, habitem terras indígenas».

A única possibilidade de este princípio ser excluído da futura Carta está na aprovação de emenda do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), que simplesmente suprime o artigo 271. Entre os direitos a que este artigo se refere, estão o reconhecimento aos indígenas dos seus «direitos originários», competindo à União a proteção desses bens.

Cabral defenderá direitos indígenas

O deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, garantiu ontem que não criará obstáculos à aprovação de destaque supressivo, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), para o artigo 271, da Sistematização, que exclui direitos concedidos aos índios aculturados. «É ridículo e inoportuno», comentou Feldmann, sobre a ameaça de formação de um estado indígena independente, caso o texto seja mantido.

Segundo constituintes, o lobby e as pressões para manutenção do dispositivo que distingue os indígenas aculturados partem, principalmente, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). «Pelo texto, se o índio vestir uma calça jeans, perderá todos os seus direitos», protestou o deputado Fábio Feldmann, que desconhece a origem da ameaça indígena, considerando que, nesta etapa a notícia somente dificulta a assinatura de um acordo com as demais lideranças.

Até o momento, existia uma disposição de líderes pela aprovação de emendas do deputado Alceni Guerra (PFL-PR) e do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), além da aprovação do destaque para votação em separado (DVS) do deputado Feldmann. «Tudo poderá deixar de existir, em razão desta posição radical e inesperada das entidades indígenas», comentou o parlamentar.

Índios

Pelo texto acordado, são reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União a proteção desses bens. As terras ocupadas pelos indígenas são inalienáveis e indispensáveis a qualquer título e os direitos sobre elas são imprescritíveis. Ainda pelo texto, fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que ocupam, salvo nos casos de epidemia e catástrofe, ficando garantido o seu retorno quando o risco estiver eliminado.